



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7901 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

**CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES:
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS SURDOS**

Marta Emidio Pereira - UFU - Universidade Federal de Uberlândia
Flávia Junqueira da Silva - UFU - Universidade Federal de Uberlândia
Lazara Cristina da Silva - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

**CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS SURDOS**

O presente trabalho é uma discussão sobre a formação de professores, e corresponde a parte de uma pesquisa realizada por meio do projeto macro do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas e Práticas em Educação Especial e Inclusão Educacional – GEPEPES da Universidade Federal de Uberlândia, intitulado “As Políticas e as Práticas de Formação Docente: raízes e dilemas na prática escolar”. Nesse sentido a reflexão perpassa pelas políticas nacionais e os procedimentos de formação continuada de professores que atuam nos processos de escolarização de estudantes surdos nas cinco regiões do país. Portanto, constituímos o presente estudo demonstrando as contribuições e implicações da formação no cotidiano profissional e pessoal dos participantes após a realização do curso.

A discussão sobre as políticas educacionais implementadas em nosso país, destaca os princípios da educação inclusiva e orienta os procedimentos de formação continuada de professores para atuar nos processos de escolarização de estudantes público da Educação Especial. O recorte desse trabalho se fixou na região sudeste, a partir de estudo com egressos do Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especial para Alunos Surdos, ofertado pela Universidade Federal de Uberlândia/MG, no período de 2008-2015 na modalidade de Educação à Distância- EaD, sendo que o universo desse estudo abrangeu as respostas de 288 participantes da a região sudeste que concluíram a formação.

Essa modalidade de ensino é uma tendência em que a tecnologia investe e faz com que o ensino EaD esteja acessível respondendo à necessidade da demanda social de conceber o professor sua formação sob uma nova perspectiva, como um aprendiz autotransformador e transformador no contexto em que atua.

É nessa nova perspectiva que surge a necessidade de restabelecer e favorecer as

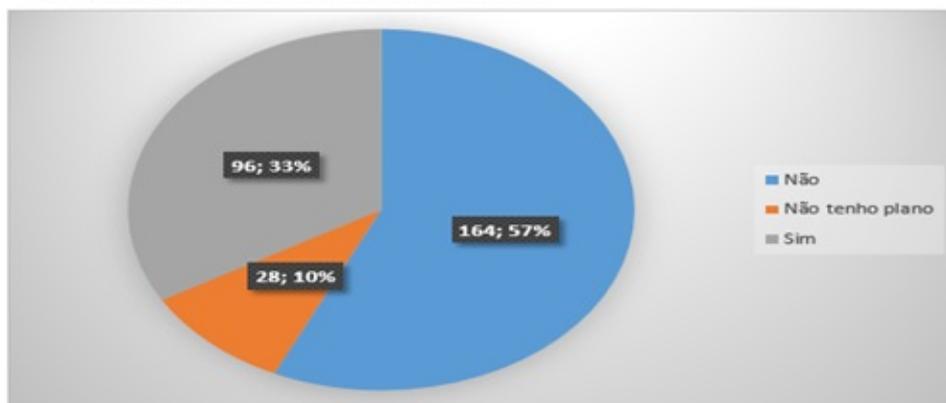
condições básicas para a consolidação e ampliação de práticas pedagógicas capazes de tornar reais as condições de escolarização dos estudantes surdos. Diante da realidade dos processos formativos de professores fica evidente a necessidade de adquirir conhecimentos teóricos e práticas condizentes com as demandas de escolarização de todos, observando as diferentes formas de ensinar e aprender numa perspectiva de educação inclusiva, haja vista que essas diretrizes voltadas para educação, se configura e se concretiza a partir das políticas educacionais no país, após década de 1990.

Nesse sentido, o trabalho contribui com as discussões e os desafios das políticas educacionais do país voltadas para formação continuada na perspectiva da educação inclusiva, especificamente aos estudantes surdos no contexto da escola comum. Além de identificar e analisar as ações e contribuições do curso nos processos educativos decorrentes dos estudos promovidos pela participação no curso de formação.

Portanto, o trabalho aborda a formação de aperfeiçoamento, e conta com a base teórica de diversos autores como Freire (2001); Moura (2008); Imbernón (2011); Silva (2008) que se destacam nessa área de estudo.

A formação de professores nem sempre tem recebido atenção especial. Os estudos abrangem diversos paradigmas, mas o professor como sujeito ativo de aprendizagem tem sido pouco atendido. De acordo com artigo 59 da LDBN (Brasil, 1996) assegura no inciso III - "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns". Evidenciamos essa situação no gráfico 1, quando na pesquisa realizada com os professores cursistas não destacam a valorização com o plano de cargo e salários ou plano de carreira, quando realizam curso de formação continuada.

Gráfico 1 – Demonstrativo da Realidade relativo a contribuição no seu plano de cargo e salários ou plano de carreira dos egressos do Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos – Região Sudeste no período de 2009 a 2015.



Fonte: Dados da pesquisa GEPEPES 2018

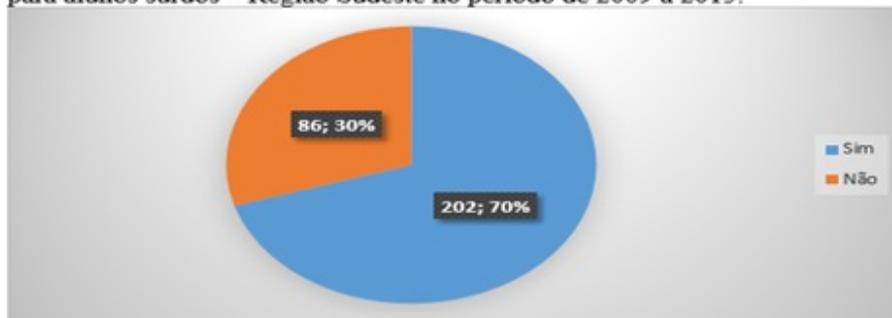
Os dados apresentados no gráfico 1, confirmam que 57% dos professores cursistas possuem plano de cargos e salários, e a realização do curso não o beneficia para nenhuma progressão. Portanto fica evidente que o interesse para realização partiu dos próprios professores, haja vista, que a grande maioria ficou sabendo do curso por meio de outros acessos informativos e não pela secretaria de educação. De acordo com Imbernón (2011, p.18) a oferta de cursos formação aperfeiçoamento ao professor "deve estar ligada a tarefas de desenvolvimento curricular, planejamento de programas e, em geral, melhoria da instituição educativa, e nelas implicar-se, tratamento de resolver situações problemáticas gerais ou específicas relacionadas ao ensino em seu contexto".

Nesse sentido analisamos que as instituições municipais e estaduais onde estão vinculados os professores cursistas, não estão alinhados com as instituições públicas que ofertam cursos de aperfeiçoamento gratuito, contribuindo com a educação inclusiva. Esse descompasso gera uma questão importante, onde podemos mostrar que é o professor quem procura de especializar para atender os desafios do cotidiano. Nessa análise apenas 10% professores cursistas não possuem planos de cargos e salários em suas instituições de ensino.

Frente a essa constatação, fica evidente quando apresentamos o gráfico 2 onde 70% dos professores cursistas convivem com estudantes surdos no contexto da escola comum e que os mesmos procuram por iniciativas próprias, conhecimentos que tratam da inclusão no caso de pessoas surdas.

Em análises desses dados fica evidente as condições relacionadas ao contexto escolar, portanto, foi possível perceber que os professores cursistas estão em contato com esses estudantes, pois 30% relataram que possuem alunos surdos em sala de aula e 34% tem contato na escola e outros disseram que tem amigos e familiares surdos.

Gráfico 2 – Demonstrativo da Realidade relativo convivência com pessoas surdas dos egressos do Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos – Região Sudeste no período de 2009 a 2015.



Fonte: Dados da pesquisa GEPEPES 2018

Nesse sentido os conhecimentos referentes aos estudantes surdos, possibilitam aos professores ter uma base teórica a qual se destina aos conhecimentos específicos dessa área. Conforme Moura (2008, p. 1) “um docente que não teve, em sua formação inicial, preparo para a docência precisa adquirir mecanismos, instrumentos, para a construção de um aparato que lhe permita realizar o seu trabalho em sala-de-aula.”.

Nessa mesma análise percebemos na tabela 1 que o interesse em ampliar os conhecimentos e o ensino aprendizagem de estudantes surdos se confirma, pois, quase todos os professores cursistas conhecem, uns são fluentes, outros com domínio básico e intermediário da Língua Brasileira de Sinais. É importante destacar que em 2002 houve um grande avanço para as pessoas surdas, por meio da a Constituição Federal reconhece a Língua Brasileira de Sinais, ou Libras. Portanto ter o domínio da Libras se torna importante para a sociedade como um todo e transcende os portões da escola.

Tabela 1-Demonstrativo da Realidade relativo ao conhecimento de LIBRAS dos egressos do Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos – Região Sudeste no período de 2009 a 2015.

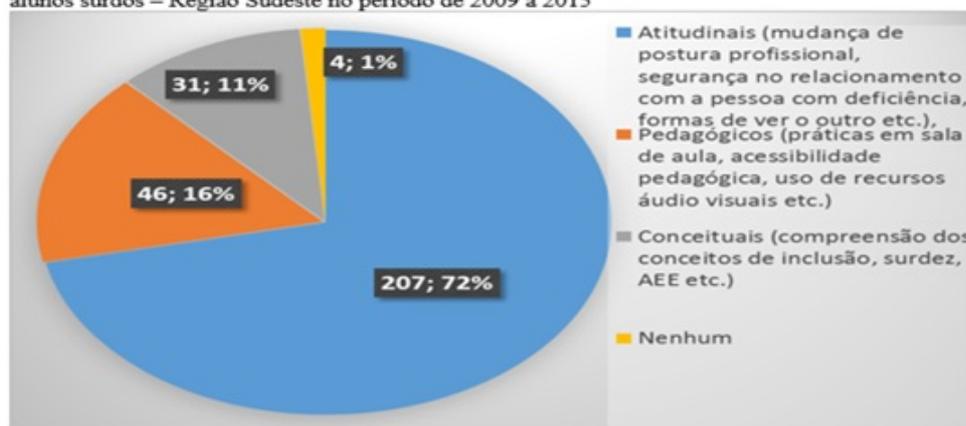
Tem conhecimento de LIBRAS	%
Conhecimento básico	32%
Conhecimento intermediário	22%
Fluente	13%
Pouco conhecimento	32%
Não conhece	1%

Fonte: Dados da pesquisa GEPEPES 2018

Nesse raciocínio, analisamos que os professores cursistas reconhecem a importância de ter esse conhecimento para o exercício da profissão de professor e como cidadão que convivem com as pessoas surdas seja na escola ou em outros ambientes. Os dados expõem que os professores em meio a aprendizagem e significados estão se preparando para transformação e desenvolvimento pessoal e social, numa perspectiva inclusiva. Sabemos que os surdos não estão apenas nas escolas, convivem e tem seu espaço, assim a sociedade como um todo precisa se preparar para conviver com as pessoas no cotidiano. Contudo para atuar como professores de alunos surdos segundo Silva (2008, p. 174) “é necessário mais que resíduos de discussões teóricas e experiências práticas. É necessário ser usuário da Língua Brasileira de Sinais, ainda compreender aspectos do ensino e aprendizagem de pessoas surdas, cultura surda, dentre outras.”

Assim as análises realizadas de acordo com as respostas dos professores cursistas, evidenciamos no gráfico 3, importantes mudanças relatadas pelos professores que participaram da pesquisa.

Gráfico 3 - Demonstrativo da Realidade relativo contribuições do curso que utiliza no cotidiano pelos egressos do Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos – Região Sudeste no período de 2009 a 2015



Fonte: Dados da pesquisa GEPEPES 2018

Portanto, a partir desses dados é possível analisar que a aprendizagem acadêmica e as experiências pessoais vividas com os estudos e a interação com outros professores, influenciam as práticas pedagógicas do cotidiano e chegam no chão da escola. Diante dessa postura analisamos que as informações do gráfico 3 de forma clara 72% dos professores cursistas responderam que o curso proporcionou mudanças atitudinais, ou seja, influenciou atitudes comportamentais carregados de preconceitos vinculados ao modo cultural que ao longo do tempo impuseram regras impedindo a acessibilidade comunicacional e a presença em instituições escolares. Além dessas mudanças é possível perceber que nos relatos 31% dos professores entenderam a importância de diversificar a prática pedagógica pensando nas especificidades dos estudantes surdos inseridos no contexto da escola comum e que possui estilos de aprendizagem visual, nesse sentido, "os dilemas, as dúvidas, a falta de estabilidade e a divergência também constituem o desenvolvimento profissional, a formação será legítima então quando contribuir para o desenvolvimento profissional do professor no âmbito do trabalho e de melhoria das aprendizagens profissionais." Imbernón (2011 p. 47).

Nessa mesma linha de análise categorizamos as respostas na tabela 2, onde demonstram as ações influenciadas após a formação do curso.

Tabela 2-Demonstrativo da Realidade relativo ações na escola influenciadas com a realização do curso pelos egressos do Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos – Região Sudeste no período de 2009 a 2015.

Ações na escola	%
Implementação da política de educação Inclusiva	7%
Elaboração de materiais pedagógicos	12%
Melhoria da prática em sala de aula	19%
Mudança de postura profissional	30%
Elaboração e execução de projetos	3%
Relação professor aluno	17%
Não houve aplicabilidade	23%
Não responderam	8%

Fonte: Dados da pesquisa GEPEPES 2018

Observando a tabela percebemos que o curso trouxe contribuições no âmbito do fazer pedagógico, na postura profissional, na melhoria da prática em sala de aula. De acordo com Freire (2001, p. 205) “a prática de ensinar que envolve necessariamente a de aprender a de ensinar. A de pensar a própria prática, isto é, a de, tomando distância dela, dela se ‘aproximar’ para compreendê-la melhor”.

A pesquisa analisada, perante as evidências relatadas pelos professores cursistas, podemos certificar que Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos – Região Sudeste no período de 2009 a 2015, enquanto ação de moderna de oferecer atualização ao professor por meio a Educação à Distância, promoveu a aquisição de informações ou competências desvendadas no decorrer do curso.

Consideramos a dedicação dos professores e como eles têm se organizado a estudar para se manter informados potencializando a sua prática, garantindo assim, a necessidade de diversificar a prática e contemplar as diferenças linguística dos alunos surdos.

Consideramos que a formação continuada de professores para a educação de surdos se expande com a implantação de cursos na modalidade de Educação à Distância. Consideramos que o investimento em EaD uma saída para formação, assim alinhar de forma democrática os conhecimentos e atender o aluno surdo no contexto da sala comum como de fato merece.

Palavras chave: Políticas Educacionais. Formação Continuada. Alunos Surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. DOM, Brasília, 23/12/2005

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011

MOURA, D.H. **A formação de docentes para educação profissional e tecnológica**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, 2008.

SILVA, Lazara Cristina da. **POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE**

PROFESSORES: Vozes e Vieses da Educação Inclusiva. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU. 2008.